

Contrato 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	158344-INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	INES ALVES MOREIRA DORIGO	15/06/2026 14:15 (v 0.5)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
I - alienação e concessão de direito real de uso de bens/Concessão de direito real de uso de bens	23/2026	23312.000419.2026-91

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 23312.000419/2026-91)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo — IFSP — Campus Bragança Paulista , autarquia federal de ensino, criada pela Lein.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com sede à Avenida Major Fernando Valle, n.º 2013, Jardim São Miguel, Bragança Paulista — SP, CEP 12903-000, neste ato, representado por sua Diretora Geral, Alessandra Casimiro de Souza Matricaldi, nomeada pela Portaria nº 1483/IFSP, de 9 de abril de2025, publicada no DOU n.º 69 de 10 de abril de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 1913649, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a empresa inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **[Pregão Eletrônico]** nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a Concessão de uso de espaço físico destinado à exploração comercial exclusiva de produtos alimentícios (lanchonete/cantina), nas dependências internas do Câmpus Bragança Paulista, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Pela natureza da presente concessão, **não haverá desembolso financeiro por parte do CONCEDENTE**, sendo a contrapartida da CONCESSIONÁRIA a prestação do serviço e o cumprimento do cardápio estabelecido.
- 1.3. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a praticar, junto aos usuários e consumidores finais do campus, valores iguais ou inferiores aos tetos estabelecidos na tabela de **Preço Máximo ao Consumidor (PMC)** abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER		QUANTIDADE	VALOR DO CONTRATO
------	---------------	--------	--	------------	-------------------

			UNIDADE DE MEDIDA		
1	Concessão de espaço físico, destinada à exploração comercial exclusiva de produtos alimentícios.	15210	Serviço	01	R\$ 0,00 (Isento)
Cardápio mínimo obrigatório					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE		PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR (PMC)	
01	Coxinha, recheio de frango desfiado, assada;	Unidade			
02	Coxinha de frango recheio frango/creme de queijo;	Unidade			
03	Croissant integral ou simples assado, recheio frango /queijo;	Unidade			
04	Empada recheio frango/queijo, assada;	Unidade			
05	Enroladinho de presunto e queijo, assado;	Unidade			
06	Esfirra Massa aberta ou fechada recheio carne /queijo/frango, assada;	Unidade			
07	Pastel recheio de carne, frango e/ou queijo, assado;	Unidade			
08	Pão de queijo, massa de polvilho, peso mínimo de 60 gramas, assado;	Unidade			
09	Rissole, recheio cremoso (frango/palmito), assado;	Unidade			
10	Quibe, recheio Carne moída, assado ;	Unidade			
11	sanduíche - misto quente assado (150 gramas) Pão + queijo/presunto, Sem fritura;	Unidade			
12	sanduíche - bauru assado (150 gramas) Pão + rosbife/queijo + tomate, Sem fritura;	Unidade			

13	Sanduíches Naturais (200 gramas), com pães diversos, contendo proteínas (frango desfiado, atum, queijos brancos) e vegetais (alface, tomate, cenoura).	Unidade	
14	Água mineral sem gás, 500 ml	Garrafa	
15	Água mineral com gás, 500 ml	Garrafa	
16	Café com Leite, natural, sem aditivos 200ml	Xícara/Copo	
17	Café puro, 100 ml	Xícara/copo	
18	Chá natural 200ml (exemplo: erva-cidreira/hortelã) Quente ou gelado (opção do consumidor)	unidade/Copo	
19	Suco de fruta natural ou de polpa 100% natural – copo de 300 ml	Copo/garrafa	
20	Suco de Laranja, Limão 100 % Natural 300ml	Copo/garrafa	
21	iogurte (150 gramas mínimo): 2 opções (ex.: natural, morango). Vedado petit suisse. Refrigerado 1-10°C. Selo SIF/SISP/SIM obrigatório.	unidade/Pote	
22	marmitex pequeno: Aproximadamente 350g a 500g de comida, dependendo da densidade dos alimentos. Arroz + Feijão + 1 Refogado/Legume cozido + 120g de Proteína Grelhada (peso pós-cocção). Acompanha 1 opção de salada de folhas/fresca servida em recipiente separado.	unidade	
23	Marmitex médio: Aproximadamente 500g a 750g de comida, dependendo da densidade dos alimentos. Arroz + Feijão + 1 Refogado/Legume cozido + 150g de Proteína Grelhada (peso pós-cocção) + Volume extra de guarnições. Acompanha 1 opção de salada de folhas/fresca servida em recipiente separado.	unidade	
24	Bolo Simples 120g: Porção individual de bolo caseiro tradicional de massa simples (exemplos: milho, laranja, cenoura, fubá, chocolate), isentos de gordura trans. O foco do item é a massa tradicional, sendo coberturas ou recheios opcionais a critério da concessionária, desde que mantido o perfil caseiro.	unidade/Fatia	

25	<p>Salada de frutas (200g mínimo): Porção individual composta por no mínimo 3 variedades de frutas frescas sazonais, higienizadas e picadas diariamente, sem adição de açúcares ou conservantes. Mantida sob refrigeração contínua para preservação do frescor, com descarte em caso de oxidação.</p> <p>Pote transparente hermético para salada de frutas e colher descartável biodegradável.</p>	Pote	
26	<p>COMBO 1: Salgado assado + Suco natural;</p> <p>salgado contendo no mínimo 120 gramas e suco contendo 300 ml, minimamente;</p> <p>Embalagem: Papel manteiga/biodegradável + copo reciclável + etiqueta data/hora</p>	unidade	
27	<p>COMBO 2:sanduíche tradicional (150g) ou Sanduíche natural (200g) + Suco natural (300ml);</p> <p>sanduíche tradicional contendo no mínimo 120 gramas, sanduíche natural 200 gramas e suco contendo 300 ml, minimamente;</p> <p>Embalagem: Papel manteiga/biodegradável + copo reciclável + etiqueta data/hora</p>	unidade	

1.3.1. Os valores constantes na coluna "PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR (PMC)" vinculam exclusivamente a atividade comercial da CONCESSIONÁRIA perante terceiros (alunos, servidores e visitantes), sendo vedada a cobrança de qualquer quantia complementar ou reajuste sem prévia autorização do CONCEDENTE.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação

1.4.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[12 meses] contados da [assinatura do contrato]**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONCESSIONÁRIA**, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa da **CONCESSIONÁRIA** informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que a **CONCESSIONÁRIA** mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. A **CONCESSIONÁRIA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONCESSIONÁRIA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução da concessão, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. A presente concessão de uso de espaço público será executada de modo que a Administração Pública não incorrerá em qualquer ônus financeiro, pagamento ou desembolso à CONCESSIONÁRIA.

5.2. Para fins meramente referenciais e de registro contábil do edital, o valor global estimado deste instrumento é de **R\$ XXXXXX (por extenso)**, correspondente à soma linear do preço de face de uma unidade de cada item obrigatório integrante do cardápio (Apêndice I).

5.2.1. O valor indicado no subitem anterior possui caráter exclusivamente indicativo e estatístico para a licitação, não gerando qualquer direito à CONCESSIONÁRIA quanto a faturamento mínimo, nem obrigação de desembolso ou complementação financeira por parte da Administração Pública.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. Por se tratar de concessão de uso de espaço público não haverá pagamentos, repasses ou faturamento de faturas por parte da Administração à CONCESSIONÁRIA.

6.2. O recebimento dos valores decorrentes da venda dos itens do cardápio ocorrerá diretamente dos usuários no ato da compra, devendo a CONCESSIONÁRIA disponibilizar, obrigatoriamente, meios de pagamento em moeda corrente, cartões de débito, crédito e PIX.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONCEDENTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Disponibilizar o espaço público destinado à cantina nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA, por escrito, sobre irregularidades, falhas de higiene ou descumprimento das diretrizes do cardápio verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para sua correção;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da concessão e o cumprimento das obrigações e tabelas de preços pela CONCESSIONÁRIA;

8.1.5. Aplicar à CONCESSIONÁRIA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONCESSIONÁRIA, tais como:

8.1.6.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.6.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONCESSIONÁRIA aos seus funcionários;

8.1.6.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONCESSIONÁRIA;

8.1.6.4. Demandar a funcionário da CONCESSIONÁRIA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.6.5. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONCESSIONÁRIA.

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONCESSIONÁRIA;

8.1.8. Emitir decisão de forma explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes ou meramente protelatórios;

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

8.1.9. Responder a eventuais pedidos de revisão ou readequação da modelagem econômica feitos pela **CONCESSIONÁRIA** no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.11. Comunicar a **CONCESSIONÁRIA** na hipótese de modificação nas instalações físicas ou no fluxo do prédio que impacte diretamente a operação da cantina.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONCESSIONÁRIA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONCESSIONÁRIA**.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. A **CONCESSIONÁRIA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos econômicos, comerciais e operacionais, bem como as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens públicos e equipamentos sob sua responsabilidade nos quais se verificarem danos, vícios ou defeitos resultantes da execução da atividade ou do uso inadequado do espaço;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da exploração comercial do espaço, bem como por todo e qualquer dano material ou pessoal causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONCESSIONÁRIA**, que ficará autorizada a executar o valor correspondente aos danos sofridos diretamente da garantia contratual, se houver caso exigida, ou por meio de cobrança administrativa e judicial;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONCESSIONÁRIA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, **trimestralmente**, os seguintes documentos vigentes:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONCESSIONÁRIA**;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela atividade, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,

previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONCEDENTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal, surto alimentar, problema de vigilância sanitária ou acidente que se verifique no local da cantina, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação da **CONCESSIONÁRIA**, qualquer atividade, venda de lote de alimento ou operação de equipamento que não esteja sendo executada de acordo com as normas sanitárias e técnicas ou que ponha em risco a segurança e a saúde das pessoas;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações institucionais obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta comercial, inclusive quanto aos custos variáveis de insumos alimentícios e inflação, devendo suportá-los para o atendimento contínuo do objeto da contratação, ressalvadas as hipóteses legais de revisão extraordinária de preços previstas no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito sanitário (ANVISA), federal, estadual ou municipal, as normas internas de segurança e controle de acesso da **CONCESSIONÁRIA**;

9.15. Alocar os funcionários necessários ao perfeito atendimento da cantina, devidamente uniformizados, identificados e portadores de exames médicos e de manipulação de alimentos atualizados;

9.16. Fornecer todos os insumos, alimentos, bebidas, embalagens, equipamentos de refrigeração e utensílios demandados para o funcionamento da cantina, em quantidade e qualidade adequadas;

9.17. Conduzir os trabalhos mantendo sempre rigorosamente limpo, higienizado e dedetizado o local de execução do objeto (cozinha, balcão e área de atendimento) nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.18. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.19. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade; e não submeter o menor de dezoito anos a trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.22. Manter preposto aceito pela Administração no local da cantina durante o horário de funcionamento para representá-lo na execução do contrato;

9.22.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade no prazo de 5 (cinco) dias.

9.23. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONCESSIONÁRIA** ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.24. Garantir o acesso da **CONCESSIONÁRIA** e dos órgãos de vigilância sanitária, a qualquer tempo, ao local da cantina, bem como aos documentos relativos à procedência dos alimentos e notas fiscais de insumos;

9.25. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração e tratar os usuários com urbanidade e cortesia;

9.26. Realizar a transição contratual ao término da concessão, quando previsto, garantindo a desocupação do espaço público nas mesmas condições de conservação em que o recebeu, ressalvados os desgastes naturais do uso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Cláusula 10 — Da Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

10.1. As partes declaram-se cientes e obrigam-se a cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), em relação a todos os dados pessoais a que venham a ter acesso em razão da execução deste contrato.

10.2. Os dados pessoais porventura coletados pela **CONCESSIONÁRIA** no ato da venda e faturamento dos produtos (como emissão de cupons fiscais, transações eletrônicas de pagamento ou cadastros de fidelidade) limitam-se ao mínimo necessário para a execução da atividade comercial.

10.3. É terminantemente vedada a utilização dos dados dos usuários da cantina para finalidades diversas das que justificaram sua coleta, bem como o seu compartilhamento com terceiros, venda ou uso para fins publicitários externos, salvo autorização expressa do titular.

10.4. A **CONCESSIONÁRIA** é a única e exclusiva responsável por implementar medidas de segurança da informação em seus sistemas de caixa e pagamento, visando proteger os dados contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda ou alteração.

10.5. A **CONCESSIONÁRIA** deverá orientar seus funcionários sobre as boas práticas de proteção de dados, especialmente quanto ao sigilo de informações cadastrais e bancárias dos clientes.

10.6. Em caso de qualquer incidente de segurança envolvendo vazamento de dados que possa acarretar risco aos usuários, a **CONCESSIONÁRIA** deverá comunicar o fato imediatamente à fiscalização do **CONCEDENTE** e à ANPD, contendo as informações exigidas na legislação de regência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes .

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

Cláusula 14 — Das Alterações Contratuais

14.1. Eventuais alterações deste Contrato de Concessão reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. As alterações qualitativas ou quantitativas que envolvam a infraestrutura física do espaço cedido, os horários de funcionamento da cantina ou a inclusão de novas categorias de atendimento deverão ser pactuadas de comum acordo entre as partes, de modo a preservar a viabilidade operacional e o equilíbrio da modelagem econômica da concessão.

14.3. A **CONCESSIONÁRIA** poderá requerer a alteração das especificações do cardápio ou das tabelas de preços de referência (Apêndice I) para fins de recomposição do equilíbrio econômico, desde que comprove documentalmente a variação imprevista e desproporcional nos custos dos insumos alimentícios, na forma do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. As alterações contratuais formais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONCEDENTE**.

14.5. Registros que não caracterizem alteração das obrigações principais do contrato, tais como reajustes de preços por índices oficiais vigentes, atualizações de dados cadastrais ou indicações de novos fiscais, serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 15 — Da Ausência de Dotação Orçamentária e Ônus Financeiro

15.1. Por se tratar de Concessão de Espaço Público, a presente contratação **não gerará qualquer ônus financeiro, desembolso ou despesa** para a Administração Pública.

15.2. Diante da inexistência de repasse de recursos financeiros públicos à **CONCESSIONÁRIA**, resta dispensada a indicação de dotação orçamentária, classificação programática, plano interno ou emissão de Nota de Empenho por parte do Campus.

15.3. Todas as despesas operacionais, tributárias, trabalhistas, de insumos, materiais e investimentos necessários para a abertura e funcionamento da cantina correrão exclusivamente por conta e risco da CONCESSIONÁRIA, em conformidade com o artigo 9.1 deste instrumento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao **CONCEDENTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Paulo, **Subseção** Judiciária de Bragança Paulista, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

INES ALVES MOREIRA DORIGO

Membro da comissão de contratação

Documento Digitalizado Público

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO.

Assunto: MINUTA DO TERMO DE CONTRATO.
Assinado por: Ines Moreira
Tipo do Documento: Termo para Contrato
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ Ines Alves Moreira Dorigo, TECNOLOGO-FORMACAO, em 19/06/2026 11:31:42.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/06/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2470757
Código de Autenticação: 6456ef2c7b

